



Plano Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado do Ceará

Aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 07/2021 e alterado pela Resolução nº 14/2026;

Em conformidade com a Portaria 1799/2026, que revisa as fichas dos indicadores estratégicos.

Fortaleza

2026

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto

Presidente

Desembargador Francisco Mauro Ferreira Liberato

Vice-Presidente

Marlúcia de Araújo Bezerra

Corregedora-Geral da Justiça

Rafaella Lopes Ferreira

Secretária de Governança Institucional



**TRIBUNAL
DE JUSTIÇA**
DO ESTADO DO CEARÁ

*Plano Estratégico 2021-2026 do Poder
Judiciário do Estado do Ceará*

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Grupo de Desenvolvimento do Planejamento Estratégico

Grupo Gestor do Planejamento Estratégico

Grupo de Validação do Planejamento Estratégico

EQUIPE DE REVISÃO

Secretaria de Governança Institucional

Unidades gestoras de metas

VALIDAÇÃO

Comitê Executivo Estratégico

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	1
2.	IDENTIDADE INSTITUCIONAL	4
3.	MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO CEARENSE	7
4.	INDICADORES E METAS POR OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	8
5.	FICHA DO INDICADORES (Portaria 1799/2026)	46
6.	METAS NACIONAIS 2026	68

1. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Ceará para o período 2021-2026, em conformidade com a Resolução do Órgão Especial nº 14/2026 que atualizou o Plano Estratégico 2026 do Poder Judiciário do Estado do Ceará e com a Portaria 1799/2026, que revisa as fichas dos indicadores estratégicos.

O Planejamento Estratégico consiste em uma técnica que pressupõe intenso conhecimento da organização de uma instituição bem como das influências por ela recebidas por meio das mudanças do ambiente nos aspectos políticos, econômicos, sociais e tecnológicos, mantendo-a sempre em condições de prestar serviço de qualidade ao seu usuário.

Uma vez que o Plano Estratégico (2015-2020), conduzido pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará, chegou ao final de sua vigência, foi necessário aplicar esforços que resultassem na construção do novo Plano Estratégico para o período compreendido entre os anos de 2021 e 2026, visando à observância ao princípio constitucional da eficiência no serviço público. Para dotar de diretrizes o período do novo Plano Estratégico, bem como a gestão estratégica do Judiciário a nível nacional, o CNJ publicou a Resolução nº 325/2020 que institui a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026. Entre os atributos trazidos pela norma, foram lançados 12 macrodesafios, divididos em três perspectivas (sociedade, processos internos e aprendizado e crescimento), cujos propósitos são oferecer objetivos de melhoria do serviço aos quais o Judiciário de todo o país perseguirá.

No Plano, elaborado de forma participativa, os objetivos estratégicos da Justiça cearense foram divididos em três perspectivas, a saber: a) Sociedade e Beneficiários:

tem como finalidade garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo; promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços; intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade; e fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.; b) Processos Internos: irão racionalizar as execuções fiscais, as demandas repetitivas e os grandes litigantes; fortalecer as ações integradas com instituições do sistema de Justiça; aperfeiçoar a gestão da Justiça criminal; fortalecer o sistema de juizados especiais; otimizar a gestão de expedientes judiciais; e fortalecer a estrutura de apoio à fiscalização das atividades extrajudiciais; e c) Recursos, Aprendizado e Crescimento: terá como finalidade prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível; fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira; prover soluções de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) inovadoras e integradas para a transformação digital; fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação; fortalecer a cultura de inovação e suas competências; entre outros aprimoramentos. Nesse sentido, o Plano Estratégico 2021 - 2026 orientará a concepção e a elaboração das programações e das ações gerenciais a serem desenvolvidas durante a vigência do Plano. Para avaliar e acompanhar os resultados, serão realizadas, pelo menos quadrimestralmente, Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), nas quais os gestores de metas poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

Dessa forma, na busca pela continuidade do aprimoramento da gestão estratégica do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), nos últimos meses do ano de 2020 e início de 2021, foram realizados os trabalhos necessários para o desenvolvimento do Plano Estratégico 2021-2026. Pontue-se que a elaboração de um plano estratégico rigoroso, considerando as características estruturais do Poder Judiciário do Estado do Ceará, se dá com participação/representação ampla das pessoas envolvidas com o trabalho realizado pela Instituição, bem como com o devido mapeamento e crítica das particularidades que impactam a prestação do serviço judiciário.

Alinhados aos objetivos, foram estabelecidos indicadores e metas que possibilitarão, cada qual ao seu turno, a medição do empenho para o alcance dos objetivos, bem como a projeção de resultados para os próximos períodos, tendo o ano de 2026 como horizonte. Para cada meta, há um(a) gestor(a) vinculado(a), o(a) qual será responsável pelo empreendimento de ações para seu respectivo cumprimento.

Ademais, importante salientar que o art. 7º da Resolução nº 14/2026, do Órgão Especial, determina que sejam incluídas, anualmente, como metas institucionais do Plano Estratégico TJCE 2026, as metas Nacionais estipuladas para a Justiça Estadual nos Encontros Nacionais do Poder Judiciário, organizados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Por sua vez, foram definidas iniciativas cujo intuito é organizar e concretizar as ações tidas como necessárias para o alcance dos objetivos estratégicos do Plano 2021-2026. Optou-se por agrupar as iniciativas em projetos estratégicos.

2. IDENTIDADE INSTITUCIONAL

2.1. Missão do TJCE

A definição da Missão institucional destina-se a conferir um senso de propósito ao Poder Judiciário. Sintetizada numa única frase, refere-se à razão da existência da Instituição e procura esclarecer o compromisso e o dever dela para com a sociedade, partindo da resposta às perguntas: por que a instituição existe? O que ela faz e para quem?

A Missão do Poder Judiciário do Estado do Ceará está assim definida:

“Garantir direitos para realizar Justiça no Ceará”.

2.2. Visão do TJCE

A Visão é a descrição do cenário ou sonho institucional, relacionado com a projeção de oportunidades futuras, apontando para onde o Judiciário quer chegar e como quer ser percebido ou reconhecido pelo meio ambiente interno e externo que o envolve.

O estabelecimento da Visão institucional parte de um exercício das aspirações para se constituir em elemento de motivação das pessoas na persecução dos horizontes traçados. Nela, os desejos para o futuro da organização devem cristalizar-se numa frase, que tenha a força de comunicação necessária para engajar todos na sua busca.

A Visão institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará é:

“Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades”

2.3. Valores

Os valores retratam em que o Poder Judiciário do Estado do Ceará acredita e pratica em suas ações e seu planejamento. Representam virtudes desejáveis ou características que norteiam as suas ações, estabelecem limites e orientam as atitudes e comportamentos de seus membros.

Os valores do Poder Judiciário cearense foram formalizados por meio de atributos de valor para a sociedade, quais sejam:

Celeridade	Garantir o andamento ágil de processos judiciais e procedimentos administrativos, de modo a proporcionar utilidade aos direitos reconhecidos ao final das demandas.
Efetividade	Ampliar o grau de satisfação da sociedade, atingindo metas e resultados propostos e solucionando conflitos existentes.
Transparência	Garantir a toda sociedade o direito de acesso à informação, de forma rápida, simples, íntegra e com o máximo de detalhamento possível.
Humanização e Empatia	Incorporar em todas as rotinas judiciais e administrativas, o respeito e a dignidade da pessoa humana, buscando transformações através do incentivo ao diálogo, à escuta, à consciência e aceitação das vulnerabilidades alheias.

Acessibilidade	Criar as condições para o acesso à Justiça e a promoção da efetiva tutela dos direitos fundamentais.
Ética	Agir com honestidade, respeito, comprometimento e integridade no cumprimento de suas atividades.
Inovação	Atuar de forma a propor soluções inovadoras e diferenciadas, aprimorando processos e procedimentos internos, contribuindo para o avanço do Poder Judiciário.
Diálogo com a sociedade	Comunicar à sociedade seus atos, ações e resultados de forma clara e acessível, garantindo a aproximação entre Poder Judiciário e sociedade, realizando Justiça.
Excelência nos trabalhos	Estabelecer e potencializar a busca pela melhoria contínua em todas as áreas de atuação do Poder Judiciário cearense, proporcionando qualidade e excelência em todas as suas rotinas.
Sustentabilidade	Adotar políticas e práticas sustentáveis, que sejam economicamente viáveis e socialmente justas, oferecendo desenvolvimento e garantindo o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado.

3. MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO CEARENSE

O Mapa Estratégico representa visualmente a estratégia do Judiciário cearense para o período de 2021-2026, estabelecendo claramente as prioridades a serem atendidas e definindo o foco de atuação da organização.

Para o alcance da missão institucional e da visão de futuro estabelecidos no referido Plano, foram definidos 19 objetivos estratégicos, distribuídos em 03 diferentes perspectivas: Sociedade e Beneficiários; Processos Internos; e Recursos, Aprendizado e Crescimento. Pontua-se que os objetivos estratégicos definem o que deve ser alcançado e o que é crítico para o sucesso da organização.



Mapa Estratégico TJCE 2026

4. INDICADORES E METAS POR OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram elaborados por meio das necessidades e diretrizes apresentadas na fase de diagnóstico. A Visão “Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades” é a força-motriz que estimulará os objetivos estratégicos. Importante destacar que ela possui 03 (três) indicadores específicos, a saber:

1. Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país:

Mede o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos seguintes indicadores de produtividade, conforme resultados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no relatório Justiça em Números: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), índice de produtividade por servidor (IPS) e sentença/magistrado.

Como medir	Número de indicadores nos quais o TJCE posicione-se entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país.
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o quantitativo de 3 indicadores nos quais o TJCE se posicione entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país.
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional

2. Índice de percepção da sociedade com relação à atuação do TJCE:

Mede a percepção do cidadão com relação à atuação do Poder Judiciário do Estado do Ceará, considerando a acessibilidade aos prédios e aos serviços, o atendimento prestado, a qualidade dos serviços, a comunicação com a sociedade, a transparência nas informações e a infraestrutura dos prédios.

Como medir	Média dos resultados das pesquisas de percepção respondidas.
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 74,0% de satisfação da sociedade com relação à atuação do TJCE.
Gestor das Metas	Presidência

3. Efetividade da Gestão do TJCE:

Mede o custo médio do processo judicial.

Como medir	[Custo total anual do TJCE deflacionado a preços de 2021/Casos finalizados no ano] Casos finalizados = processos baixados Custo total anual do TJCE deflacionado a preços de 2021 = Total de despesas empenhadas / (1+IPCA acumulado a partir de 2021)
Descrição da Meta	Alcançar custo médio do processo judicial de R\$ 2.956,00 (dois mil novecentos e cinquenta e seis) até 2026.
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional

A estrutura do documento considera que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará atuará, sobretudo, em três grandes áreas, conforme seu Mapa Estratégico: Sociedade e Beneficiários; Processos Internos; e Recursos, Aprendizado e Crescimento. Cada objetivo estratégico definido no mapa, por sua vez, apresenta um ou mais indicadores e a cada indicador está relacionada uma meta específica a ser desenvolvida até 2026.

Objetivo Estratégico nº 01

Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços

Perspectiva

Sociedade e beneficiários

Descrição do objetivo

Refere-se à busca pela excelência e celeridade no atendimento aos usuários da Justiça Estadual, apoiando iniciativas que agilizam e facilitam o acesso aos serviços disponibilizados, bem como garantindo o atendimento aos padrões de qualidade e necessidade dos envolvidos.

Indicadores relacionados

4. Taxa de congestionamento bruta

Como medir	Pendentes de baixa / (pendentes de baixa + total de baixados)					
Descrição da meta	Reduzir, até 2026, a taxa de congestionamento bruta do TJCE, para 56,8%.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	69,9%	68,7%	65,2%	62,6%	59,8%	56,8%
Gestor das metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

5. Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos

Como medir	De acordo com metodologia do indicador de “Tempo médio dos processos pendentes líquidos” do CNJ e parametrização do Datajud					
Descrição da meta	Reduzir o tempo médio de julgamento das ações de conhecimento para 700 dias em 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	900	700	700
Gestor das metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Informação não disponível

6. Índice de cumprimento das Metas Nacionais

Como medir	[Somatório (número de metas* cumpridas x respectivo peso) / somatório dos pesos] x 100 Sendo: Meta 1 e Meta 2 = peso 2 Demais metas = peso 1					
Descrição da meta	Alcançar 95,0% de cumprimento das metas* do CNJ até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	65,0%	95,0%	95,0%	95,0%
Gestor das metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Informação não disponível

* Metas Nacionais em anexo

7. Índice de desempenho no Prêmio CNJ Qualidade

Como medir	(Total de pontos obtidos em todos os eixos do PCNJQ/ Total de pontos possíveis em todos os eixos do PCNJQ) x 100					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 75,0% de desempenho geral no Prêmio CNJ					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	60,0%	65,0%	75,0%	75,0%	75,0%
Gestor das metas	Presidência					

(-) Informação não disponível

8. Percentual de unidades certificadas no Programa +Gestão

Como medir	nº unidades certificadas no ciclo / nº unidades participantes do ciclo) X 100					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 80% de unidades certificadas no ciclo (Prata, Ouro, Diamante ou Excelência) do programa +Gestão.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	75%	80%
Gestor das metas	Secretaria de Governança Institucional					

(-) Informação não disponível

Projetos relacionados

- Gestão das Contratações
- Eficiência na Prestação Jurisdicional
- Enfrentamento à violência doméstica
- PJE
- Inteligência Artificial
- Robotização

Objetivo Estratégico nº 02

Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade

Perspectiva

Sociedade e beneficiários

Descrição do objetivo

Consiste na adoção de um conjunto de medidas de curto e longo prazos que visam dotar o Judiciário Estadual de comunicação ativa, fornecida no tempo apropriado e antecipadamente, propiciando transparência e conhecimento, bem como visando uma comunicação engajada com sociedade, aproximando a população e o Poder Judiciário.

Indicadores relacionados

9. Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário

Como medir	Média dos resultados positivos na seção “comunicação com a sociedade” das pesquisas respondidas.					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 74,0% de satisfação da sociedade com relação à comunicação institucional do TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	63,0%	72,0%	73,0%	74,0%

Gestor das metas

Assessoria de Comunicação Social

(-) Informação não disponível

Objetivo Estratégico nº 03

Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo

Perspectiva

Sociedade e beneficiários

Descrição do objetivo

Visa garantir que o Poder Judiciário cearense ofereça atendimento acessível, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários, edificações, sistemas e meios de comunicação e informação, acolhedor, realizado com simpatia, empatia e verdadeira preocupação com o bem-estar da pessoa atendida e resolutivo para toda a sociedade, oferecendo a resolução de demandas de forma rápida e eficaz.

Indicador relacionado

10. Índice de satisfação com o atendimento

Como medir	Média dos resultados positivos na seção “atendimento” das pesquisas respondidas.					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 84,0% de satisfação da sociedade com relação ao atendimento prestado pelo TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	68%	70%	82%	83%	84%

**Gestor das
metas**

Diretoria Estadual de Atendimento

(-) Informação não disponível

Projetos relacionados

- Humanização do atendimento

Objetivo Estratégico nº 04

Fortalecer redes e priorizar ações e processos judiciais relacionados à Agenda 2030 da ONU

Perspectiva

Sociedade e beneficiários

Descrição do objetivo

Busca o fortalecimento de redes que atuam em prol de interesses comuns, dotando-as de melhor capacidade técnica, financeira e operacional para uma atuação mais robusta e impactante. Assim como a priorização de ações e processos judiciais que se relacionam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável presentes na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, sobretudo voltados a minorias, violência contra a mulher, meio ambiente, desigualdade sociais, emprego e renda, desenvolvimento econômico sustentável

Indicador Relacionado

Este é um objetivo programático, implantado através de projetos e ações estruturantes.

Objetivo Estratégico nº 05

Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.

Perspectiva

Sociedade e beneficiários

Descrição do objetivo

Busca o fortalecimento das soluções consensuais de conflitos tanto na esfera judicial quanto na esfera extrajudicial, visando restaurar o diálogo entre as partes, de forma mais harmoniosa e proveitosa possível, através do incentivo e aprimoramento de procedimentos conciliatórios em 1º e 2º grau de jurisdição, de modo que sejam realizados com maior frequência e qualidade.

Indicador Relacionado

11. Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais

Como medir	$[(THPPa-THPPaa)/THPPaa] \times 100$ THPPa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano corrente THPPaa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano anterior
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 50,0% de incremento de acordos processuais e pré-processuais em relação ao ano de 2021.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Metas anuais	-	10,0% (55.574)	20,0% (60.626)	30,0% (65.679)	40,0% (70.731)	50,0% (75.783)
Gestor das metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

(-) Informação não disponível

12. Índice de composição de conflito ICoC

Como medir	Calculado pelo CNJ, levando em consideração a média ponderada, por tribunal, nos indicadores dos incisos I a V, previamente padronizados, de forma que o menor valor seja igual a zero e o maior valor igual a um, atribuindo-se peso 3 para os indicadores I e II e peso 1 para os indicadores III a V); I – Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de primeiro grau; II – Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de juizados especiais; III - Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de segundo grau; IV – Total de processos com sentenças de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais; V - Total de processos não criminais com sentenças em execução judicial ou em cumprimento de sentença homologatórias de acordo,
-------------------	--

	em relação ao total de processos não criminais com sentenças em execução judicial ou em cumprimento de sentença.					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 30% no ICoC					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	25%	30%
Gestor das metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

(-) Informação não disponível

Projetos Relacionados

- Fortalecimento das soluções consensuais de conflito

Objetivo Estratégico nº 06

Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes

Perspectiva

Processos Internos

Descrição do Objetivo

Refere-se ao desafio de estabelecer e implementar uma ordenação e racionalização de processos referentes à execuções fiscais, demandas repetitivas e que envolvam grandes litigantes, através da organização e automação de expedientes, na busca por maior celeridade na tramitação destes processos judiciais.

Indicadores Relacionados

13. Tempo médio dos processos pendentes de julgamento da classe 1116- Execução Fiscal

Como medir	Número de dias entre a primeira distribuição e a data de referência / total de processos pendentes de julgamento					
Descrição da meta	Reduzir, até 2026, o tempo médio de processos pendentes de julgamento para 1.280 dias.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026



	-	-	1.492 dias redução - 5%	1.418 dias redução - 5%	1.347 dias redução - 5%	1.280 dias redução - 5%
Gestor das metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Informação não disponível

Objetivo Estratégico nº 07

Otimizar a gestão de expedientes judiciais

Perspectiva

Processos Internos

Descrição do Objetivo

Refere-se ao desafio de estabelecer e implementar gestão de expedientes judiciais eficaz e célere, automatizando expedientes na Secretarias Judiciárias tanto de 1º quanto de 2º grau, reduzindo o tempo de tramitação dos processos judiciais e garantindo resposta célere ao jurisdicionado.

Indicadores Relacionados

Este é um objetivo programático, implantado através de projetos e ações estruturantes.

Objetivo Estratégico nº 08

Fortalecer o sistema de juizados especiais

Perspectiva

Processos Internos

Descrição do Objetivo

Refere-se a busca pelo fortalecimento de juizados especiais cíveis e criminais, facilitando seu acesso pela população em geral, bem como reduzindo o tempo de tramitação de processos, sobretudo através da modernização, automatização, e do estímulo aos métodos consensuais de conflito.

Indicadores Relacionados

14. Índice de participação do sistema dos juizados especiais na demanda do judiciário

Como medir	$(\text{CnCNCrimJE} / \text{CnCNCrimJE} + \text{CnCNCrim1}^{\text{o}}) \times 100$ Onde: CnCNCrim1^o – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais
-------------------	--

	CnCNCRimJE – Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais					
Descrição da meta	Aumentar para 35,0% a participação do sistema de juizado na demanda do TJCE, até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	32,0%	33,0%	34,0%	35,0%
Gestor das metas	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará.					

(-) Informação não disponível

15. Tempo médio de julgamento – Juizados Especiais (Competência Exclusiva)

Como medir	Soma da quantidade de dias para julgamento dos processos de conhecimento no período / quantidade de processos de conhecimento julgados no período					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, o quantitativo de 235 dias como resultado para o tempo médio de julgamento no âmbito do sistema de juizados especiais					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	265	235
Gestor das metas	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará					

(-) Informação não disponível

Objetivo Estratégico nº 09

Fortalecer as ações integradas com instituições do sistema de justiça

Perspectiva

Processos Internos

Descrição do Objetivo

Diz respeito à busca por integrar instituições do sistema de justiça, integrando órgãos auxiliares à Justiça e instituições essenciais a seu funcionamento, através de serviços tecnológicos e parcerias estratégicas, a partir de um planejamento pautado em interesses públicos comuns, em prol da sociedade.

Indicadores Relacionados

Este é um objetivo programático, implantado através de projetos e ações estruturantes.

Objetivo Estratégico nº 10

Fortalecer a estrutura de apoio à fiscalização das atividades extrajudiciais

Perspectiva

Processos Internos

Descrição do Objetivo

Diz respeito à busca pelo fortalecimento e melhoria da estrutura de apoio voltada à fiscalização de atividades extrajudiciais de competência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, aprimorando inspeções em Cartórios, resolução de problemas e capacitação de magistrados em competências específicas de inspeção extrajudicial.

Indicadores Relacionados

Este é um objetivo programático, implantado através de projetos e ações estruturantes.

Objetivo Estratégico nº 11

Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal

Perspectiva

Processos Internos

Descrição do Objetivo

Refere-se a permanente busca por melhorias de gestão de justiça criminal, com o objetivo de reduzir o tempo de tramitação de processos judiciais criminais, aprimorando rotinas e tecnologias, evitando injustiças e prejuízo à sociedade.

Indicadores Relacionados

16. Tempo médio de tramitação da ação penal

Como medir	Soma dos dias entre a distribuição e a data base das Ações Penais Pendentes de Baixa / Total de Ações Penais Pendentes de Baixas					
Descrição da meta	Reduzir o tempo médio das ações penais pendentes de baixa para 1.100 dias em 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	1.500	1.300	1.100

**Gestor das
metas**

Corregedoria-Geral da Justiça

(-) Informação não disponível

Objetivo Estratégico nº 12

Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital

Perspectiva

Recursos, aprendizado e crescimento

Descrição do Objetivo

Visa a investir na melhoria das instalações físicas e da infraestrutura tecnológica das unidades administrativas e judiciárias, através da observação das necessidades dos usuários internos e externos, assim como da adequação dessas tecnologias para o pleno seu atendimento, com o objetivo de proporcionar transformação digital ao Judiciário cearense.

Indicadores Relacionados

17. Percentual de execução do Programa de Modernização do Poder Judiciário

Como medir	(Orçamento executado no período / orçamento total do Promojud) x 100					
Descrição da meta	Executar 100,0% do Promojud até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026

	-	21,0%	36,0% (execução de 15,0% do orçamento no ano)	69,0% (execução de 33,0% do orçamento no ano)	86,0% (execução de 17,0% do orçamento no ano)	100,0% (execução de 12,0% do orçamento no ano)
Gestor das metas	Unidade de Gerenciamento do Promojud					

(-) Informação não disponível

18. iGov-TIC-JUD

Como medir	Resultado do TJCE no questionário iGov-TIC-JUD, divulgado anualmente pelo CNJ					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 90,0% no iGov-TIC-JUD.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	94,0%	90,0%	90,0%
Gestor das metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

(-) Informação não disponível

Projetos relacionados

- Modernização tecnológica
- Cientista-Chefe

Objetivo Estratégico nº 13

Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível

Perspectiva

Recursos, aprendizado e crescimento

Descrição do Objetivo

Visa investir na melhoria das instalações físicas e da infraestrutura tecnológica das unidades administrativas e judiciárias, com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho para os integrantes do Judiciário Estadual e de segurança e acessibilidade para os usuários da Justiça.

Indicadores Relacionados

19. Índice de acessibilidade, segurança e conforto na estrutura física e no mobiliário

Como medir	Média aritmética ponderada dos critérios: atende acessibilidade (peso 2); atende as normas do CBMCE (peso 3); atende à res. 114/2010 CNJ - disponibilidade de espaço (peso 1); melhorias em eficiência energética (peso 1); mobiliário atende à NR17 (peso 1), multiplicado pelo número de varas de cada edificação judicial.
Descrição da meta	Aumentar o percentual de conformidade da estrutura física e do mobiliária nas edificações judiciais para 50% até 2026.

Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	45,0%	50,0%
Gestor das metas	Gerência de Governança e Controle Interno da Seadi					

(-) Informação não disponível

Projetos relacionados

- Plano de obras
- Infraestrutura Física e Sustentabilidade

Objetivo Estratégico nº 14

Implantar e consolidar a política de gestão por desempenho alinhada à estratégia

Perspectiva

Recursos, aprendizado e crescimento

Descrição do Objetivo

Refere-se ao desafio de implementar e consolidar a gestão de desempenho de forma contínua, mobilizando diferentes participantes e revisando diversos processos de trabalho, aliando-a aos objetivos estratégicos, missão, visão e valores definidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Indicadores Relacionados

Este é um objetivo programático, implantado através de projetos e ações estruturantes.

Projetos Relacionados

- Programa de Fortalecimento de Lideranças Femininas
- Programa de Desenvolvimento de Pessoas

Objetivo Estratégico nº 15

Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação

Perspectiva

Recursos, aprendizado e crescimento

Descrição do Objetivo

Refere-se a busca pelo fortalecimento de práticas de inteligência de dados, em busca da melhora de procedimentos de tomada de decisão, bem como ao aprimoramento da segurança da informação do TJCE, garantindo a integridade, confiabilidade e disponibilidade de dados tecnológicos para o público interno e externo, em virtude da sensibilidade dos dados tratados.

Indicadores Relacionados

20. Índice de conformidade com as políticas de segurança de TIC

Como medir	$\frac{(\text{Valor de atendimento da N1} + \text{Valor de atendimento da N2} + \dots + \text{Valor de atendimento da Nn})}{(\text{Somatório do valor máximo de cada norma})} \times 100$ N = normativo de segurança da informação					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 90,0% de nível de conformidade com as políticas de segurança de TIC.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026

	-	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%
Gestor das metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

(-) Informação não disponível

Projetos relacionados

- Segurança da informação
- LGPD

Objetivo Estratégico nº 16

Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna

Perspectiva

Recursos, aprendizado e crescimento

Descrição do Objetivo

Refere-se a busca pelo fortalecimento de práticas de governança institucional, baseada nos pilares de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade. Bem como melhorando a comunicação interna e a satisfação de colaboradores, no intuito de viabilizar a devida compreensão sobre temas e decisões estratégicas a que todas as unidades organizacionais e pessoas devam ter conhecimento.

Indicadores Relacionados

21. Índice de governança do Judiciário

Como medir	(Total de pontos concedidos / Total de pontos possíveis) x 100					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 95% de pontos possível no eixo de governança no prêmio CNJ de qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	77%	82%	90%	90%	95%

Gestor das metas	Secretaria de Governança Institucional
-------------------------	---

(-) Informação não disponível

22. Índice de satisfação com a comunicação interna

Como medir	Média dos resultados positivos (avaliações positivas “ótimo” ou “bom”) das pesquisas de satisfação com a comunicação interna respondidas.					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 81% de satisfação com a comunicação interna.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	76%	77%	79%	80%	81%
Gestor das metas	Assessoria de Comunicação Social					

(-) Informação não disponível

Objetivo Estratégico nº 17

Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira

Perspectiva

Recursos, aprendizado e crescimento.

Descrição do Objetivo

Refere-se a busca por uma gestão baseada na sustentabilidade orçamentária e financeira, garantindo investimentos em áreas estratégicas e incrementando receitas, realizando esforços para obtenção e utilização de fontes orçamentárias e financeiras alternativas, que permitam reduzir a dependência de uma única fonte de recursos.

Indicadores Relacionados

23. Índice de recursos aplicados em investimentos

Como medir	[Total de recursos aplicados (despesas empenhadas) em investimentos / Total de recursos obtidos (LEI+ CRÉDITOS referentes ao custeio de manutenção + investimentos)] x 100 Obs: Com Recursos do Promoju + Investimentos aprovados com saldo do Fermoju					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 23,0% de recursos obtidos no Fermoju, Funseg e Tesouro (exceto despesas pagas em folha) aplicados em investimentos.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026

	-	15,0%	17,0%	19,0%	21,0%	23,0%
Gestor das metas	Secretaria de Governança Institucional					

(-) Informação não disponível

24. Índice de incremento da arrecadação corrente

Como medir	[(Receita corrente arrecadada ano corrente / Receita corrente arrecadada ano anterior) - 1] x100					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 20,0% de incremento na arrecadação corrente anual em relação ao ano anterior.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0%	10,0%	10,0%	10,0%	20,0%
Gestor das metas	Secretaria de Finanças					

(-) Informação não disponível

Projetos relacionados

- Gestão financeira e arrecadação
- Datamart Administrativo

Objetivo Estratégico nº 18

Fortalecer a cultura de inovação e suas competências

Perspectiva

Recursos, aprendizado e crescimento

Descrição do Objetivo

Refere-se a busca por inovação no Poder Judiciário, estimulando todos os colaboradores a desenvolver hábitos e valores que promovem a criatividade e apoiam a geração de ideias de todos os setores da organização práticas inovadoras em suas rotinas e competências, otimizando recursos e promovendo valor para a prestação de serviços.

Indicadores Relacionados

Este é um objetivo programático, implantado através de projetos e ações estruturantes

Projetos relacionados

- Cultura de inovação

Objetivo Estratégico nº 19

Aprimorar a Gestão de Pessoas

Perspectiva

Recursos, aprendizado e crescimento

Descrição do Objetivo

Refere-se ao desafio de estabelecer e implementar uma Política de Gestão de Pessoas que promova a capacitação e o reconhecimento dos integrantes do Judiciário Estadual; adote um modelo de gestão por competências com a finalidade de estabelecer processo permanente de desenvolvimento dos magistrados e servidores; e proporcione força de trabalho adequada.

Indicadores Relacionados

25. Índice de aprimoramento de magistrados

Como medir	(nº de magistrados que tiveram no mínimo 20h de capacitações credenciadas pela ESMEC / nº total de magistrados) x 100					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 52,0% de magistrados capacitados no ano em cursos credenciados pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec) com, no mínimo, 20h de formação.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	38%	43%	44,0%	50,0%	52,0%

Gestor das metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará
-------------------------	--

(-) Informação não disponível

26. Percentual de servidores capacitados

Como medir	(número de servidores capacitados no período / total de servidores) x 100					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 40% de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	20%	25%	30%	35%	40%
Gestor das metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

(-) Informação não disponível

27. Índice de clima organizacional

Como medir	(número de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada / número total de servidores pesquisados) x 100					
Descrição da meta	Alcançar, até 2026, 87,0% de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada, dentre servidores pesquisados.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	81%	-	84%	-	87%
Gestor das metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

(*) Indicador possui periodicidade bianual.

Projetos Relacionados

- Ferramenta de Gestão de Pessoas
- Clima organizacional e comunicação interna

5. FICHA DO INDICADORES (Portaria 1799/2026)

Indicador 01: Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país						
Objetivo Estratégico	Visão: Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos seguintes indicadores de produtividade, conforme resultados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no relatório Justiça em Números: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), sentença/magistrado e sentenças por casos novos.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Número de indicadores nos quais o TJCE posicione-se entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	0 (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o quantitativo de 3 indicadores nos quais o TJCE se posicione entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	1	1	2	2	3
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 02: Índice de percepção da sociedade com relação à atuação do TJCE						
Objetivo Estratégico	Visão: Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Macrodesafio	Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade					
Descrição do indicador	Mede a percepção do cidadão com relação à atuação do Poder Judiciário do Estado do Ceará, considerando a acessibilidade aos prédios e aos serviços, o atendimento prestado, a qualidade dos serviços, a comunicação com a sociedade, a transparência nas informações e a infraestrutura dos prédios.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de percepção respondidas					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	56,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 74,0% de satisfação da sociedade com relação à atuação do TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	58,0%	62,0%	72,0%	73,0%	74,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 03: Efetividade da Gestão do TJCE						
Objetivo Estratégico	Visão: Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira					

Descrição do indicador	Mede o custo médio do processo judicial.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[Custo total anual do TJCE deflacionado a preços de 2021/Casos finalizados no ano] Casos finalizados = processos baixados Custo total anual do TJCE deflacionado a preços de 2021 = Total de despesas empenhadas / (1+IPCA acumulado a partir de 2021)					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	R\$ 3.349,00 (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar custo médio do processo judicial de R\$ 2.956,00 (dois mil novecentos e cinquenta e seis) até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	R\$ 3.293,00	R\$ 3.281,00	R\$ 3.199,00	R\$ 3.059,00	R\$ 2.956,00
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 04: Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais	
Objetivo Estratégico	Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos

Descrição do indicador	Mede o incremento na quantidade de acordos processuais e pré-processuais homologados no 1º e 2º graus.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$[(THPPa-THPPaa)/THPPaa] \times 100$ THPPa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano corrente THPPaa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano anterior					
Responsável pelos dados	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	50.522 acordos processuais e pré-processuais firmados em 2021 8,6% (acréscimo de 2018-2019, período anterior a pandemia)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 50,0% de incremento de acordos processuais e pré-processuais em relação ao ano de 2021.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	10,0% (55.574)	20,0% (60.626)	30,0% (65.679)	40,0% (70.731)	50,0% (75.783)
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

Indicador 05: Índice de Composição de Conflito - ICoC	
Objetivo Estratégico	Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
Descrição do indicador	Mede o percentual de uma composição de indicadores que evidenciam os acordos e decisões em cinco diferentes dimensões.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	Calculado pelo CNJ, levando em consideração a média ponderada, por tribunal, nos indicadores dos incisos I a V, previamente padronizados, de forma que o menor valor seja igual a zero e o maior valor igual a um, atribuindo-se peso 3 para os indicadores I e II e peso 1 para os indicadores III a V); I – Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de primeiro grau; II – Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de juizados especiais; III - Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de segundo grau; IV – Total de processos com sentenças de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais; V - Total de processos não criminais com sentenças em execução judicial ou em cumprimento de sentença homologatórias de acordo,

	em relação ao total de processos não criminais com sentenças em execução judicial ou em cumprimento de sentença.					
Responsável pelos dados	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	24,37% (em 2024)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 30,0% no ICoC.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	25%	30%
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

Indicador 06: Taxa de congestionamento bruta						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Pendentes de baixa / (pendentes de baixa + total de baixados)					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	70,1% (2020)					
Descrição da Meta	Reduzir, até 2026, a taxa de congestionamento bruta do TJCE, para 56,8%.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	69,9%	68,7%	65,2%	62,6%	59,8%	56,8%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 07: Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o tempo médio entre a distribuição do processo de conhecimento e a data-base de cálculo, desconsiderando os suspensos, sobrestados e em arquivo provisório bem como os períodos em que os processos permaneceram em tais situações.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	De acordo com metodologia do indicador de “Tempo médio dos processos pendentes líquidos” do CNJ e parametrização do Datajud					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	1092 (2023)					
Descrição da Meta	Reduzir o tempo médio de julgamento das ações de conhecimento para 700 dias em 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	900	700	700
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 08: Índice de cumprimento das Metas Nacionais						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o grau de cumprimento das Metas Nacionais definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[Somatório (número de metas cumpridas x respectivo peso) / somatório dos pesos] x 100					

	Sendo: Meta 1 e Meta 2 = peso 2 Demais metas = peso 1					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	50,0% (2022)					
Descrição da Meta	Alcançar 95,0% de cumprimento das metas do CNJ até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	65,0%	95,0%	95,0%	95,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 09: Índice de desempenho no Prêmio CNJ Qualidade						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o desempenho geral do TJCE no Prêmio CNJ de Qualidade (PCNJQ), considerando todos os eixos de avaliação					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	(Total de pontos obtidos em todos os eixos do PCNJQ/ Total de pontos possíveis em todos os eixos do PCNJQ) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	59,4% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 75,0% de desempenho geral no Prêmio CNJ Qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026

	-	60,0%	65,0%	75,0%	75,0%	75,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 10: Percentual de unidades certificadas no Programa +Gestão						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o percentual de unidades que obtiveram certificação no programa +Gestão no ciclo (Prata, Ouro, Diamante ou Excelência)					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	nº unidades certificadas no ciclo / nº unidades participantes do ciclo) X 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	70% (2024)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 80% de unidades certificadas no ciclo (Prata, Ouro, Diamante ou Excelência) do programa +Gestão.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	75%	80%
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 11: Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário	
Objetivo Estratégico	Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade

Macrodesafio	Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade					
Descrição do indicador	Mede a satisfação do público externo com a comunicação ativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na seção “comunicação com a sociedade” das pesquisas respondidas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	61,6% (2022)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 74,0% de satisfação da sociedade com relação à comunicação institucional do TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	63,0%	72,0%	73,0%	74,0%
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 12: Índice de satisfação com o atendimento						
Objetivo Estratégico	Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo					
Macrodesafio	Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade					
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na seção “atendimento” das pesquisas respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					

Linha de base	66,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 84,0% de satisfação da sociedade com relação ao atendimento prestado pelo TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	68,0%	70,0%	82,0%	83,0%	84,0%
Gestor das Metas	Diretoria Estadual de Atendimento					

Indicador 13: Tempo médio dos processos pendentes de julgamento da classe 1116-Execução Fiscal						
Objetivo Estratégico	Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o tempo médio dos processos pendentes de julgamento (com base na data da primeira distribuição).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Número de dias entre a primeira distribuição e a data de referência / total de processos pendentes de julgamento					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	1.571 (2022)					
Descrição da Meta	Reduzir, até 2026, o tempo médio de processos pendentes de julgamento para 1.280 dias.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	1.492 dias redução - 5%	1.418 dias redução - 5%	1.347 dias redução - 5%	1.280 dias redução - 5%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 14: Índice de participação dos juizados especiais na demanda do Poder Judiciário						
Objetivo Estratégico	Fortalecer o sistema de juizados especiais.					
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos					
Descrição do indicador	Mede o grau de participação dos processos de conhecimento cível de competência de juizado especial na demanda do Poder Judiciário no 1º grau.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(CnNCrimJE / CnNCrimJE + CnNCrim1º) \times 100$ Onde: CnNCrim1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais CnNCrimJE – Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	31,6% (2022)					
Descrição da Meta	Aumentar para 35,0% a participação do sistema de juizado na demanda do TJCE, até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	32,0%	33,0%	34,0%	35,0%
Gestor das Metas	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará					

Indicador 15: Tempo médio de Julgamento - Juizados Especiais (Competência Exclusiva)						
Objetivo Estratégico	Fortalecer o sistema de juizados especiais.					
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos					
Descrição do indicador	Mede a relação entre a quantidade de dias para julgamento dos processos e a quantidade de processos de conhecimento julgados no âmbito dos juizados especiais de competência exclusiva					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Soma da quantidade de dias para julgamento dos processos de conhecimento no período / quantidade de processos de conhecimento julgados no período					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	282 (2024)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o quantitativo de 235 dias como resultado para o tempo médio de julgamento no âmbito do sistema de juizados especiais					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	265	235
Gestor das Metas	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará					

Indicador 16: Tempo médio de tramitação da ação penal						
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal					
Descrição do indicador	Mede Tempo médio dos processos pendentes líquidos, considerando o número de dias decorridos entre o início da ação					

	penal (classes 282, 283, 1033, 1317, 10943, 10944, 11037, 11528) e a data-base de cálculo (último dia do mês de medição).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Soma dos dias entre a distribuição e a data base das Ações Penais Pendentes de Baixa / Total de Ações Penais Pendentes de Baixa					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	1.707 (2023)					
Descrição da Meta	Reduzir o tempo médio das ações penais pendentes de baixa para 1.100 dias em 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	1.500	1.300	1.100
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 17: Índice de acessibilidade, segurança e conforto na estrutura física e no mobiliário	
Objetivo Estratégico	Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível.
Macrodesafio	Promoção da sustentabilidade
Descrição do indicador	Mensura o percentual de conformidade da estrutura física e do mobiliário.
Frequência de medição	Anual
Como medir	Média aritmética ponderada dos critérios: atende acessibilidade (peso 2); atende as normas do CBMCE (peso 3); atende à res. 114/2010 CNJ - disponibilidade de espaço (peso 1); melhorias em eficiência energética (peso 1); mobiliário atende à NR17 (peso 1), multiplicado pelo número de varas de cada edificação judicial.

Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
Linha de base	38,08% (2024)					
Descrição da Meta	Aumentar o percentual de conformidade da estrutura física e do mobiliária nas edificações judiciais para 50% até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	45,0%	50,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

Indicador 18: Índice de recursos aplicados em investimentos	
Objetivo Estratégico	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira
Descrição do indicador	Mede o percentual de recursos próprios do Fermoju, do Funseg e de recursos oriundos de fontes do Tesouro Estadual (excetuando aqueles pagos em folha) bem como os decorrentes de operação de crédito, aplicados em investimentos.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	[Total de recursos aplicados (despesas empenhadas) em investimentos / Total de recursos obtidos (LEI+ CRÉDITOS referentes ao custeio de manutenção + investimentos)] x 100 Obs: Com Recursos do Promojud + Investimentos aprovados com saldo do Fermoju
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional e Secretaria de Finanças
Linha de base	12,0% (2021)

Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 23,0% de recursos obtidos no Fermoju, Funseg e Tesouro (exceto despesas pagas em folha) aplicados em investimentos.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	15,0%	17,0%	19,0%	21,0%	23,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 19: Índice de incremento da arrecadação corrente						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira					
Descrição do indicador	Mede o grau de incremento das receitas correntes oriundas do Fermoju, Funseg e Fedoj em relação à arrecadação do ano anterior.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\left[\left(\frac{\text{Receita corrente arrecadada ano corrente}}{\text{Receita corrente arrecadada ano anterior}} - 1 \right) \times 100 \right]$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 172.538.120,05 (2021)					
	R\$ 136.468.452,21 (2020)					
	26,4% (incremento de 2021 em relação a 2020)					
Descrição da Meta	Alcançar, 10,0% de incremento na arrecadação corrente anual em relação ao ano anterior (desconsiderando arrecadações extraordinárias).					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%

Gestor das Metas	Secretaria de Finanças
-------------------------	------------------------

Indicador 20: Índice de governança do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária					
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no prêmio CNJ de Qualidade no eixo de governança.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	$(\text{Total de pontos concedidos} / \text{Total de pontos possíveis}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	75,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 95,0% de pontos possíveis no eixo de governança no prêmio CNJ de qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	77,0%	82,0%	90,0%	90,0%	95,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 21: Índice de satisfação com a comunicação interna	
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária
Descrição do indicador	Avalia o nível de satisfação do público interno com a comunicação institucional.

Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos (avaliações positivas “ótimo” ou “bom”) das pesquisas de satisfação com a comunicação interna respondidas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	75,9% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 81,0% de satisfação com a comunicação interna.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	76,0%	77,0%	79,0%	80,0%	81,0%
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 22: Percentual de execução do Programa de Modernização do Poder Judiciário						
Objetivo Estratégico	Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital					
Macrodesafio	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados					
Descrição do indicador	Mede o percentual de progresso financeiro dos produtos contemplados no Programa de Modernização do Poder Judiciário (Promojud).					
Frequência de medição	Semestral					
Como medir	$(\text{Orçamento executado no período} / \text{orçamento total do Promojud}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Unidade de Gerenciamento do Promojud					
Linha de base	N/D					
Descrição da Meta	Executar 95,0% do Promojud até 2026.					

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Metas anuais	-	21,0%	36,0% (execução de 15,0% do orçamento no ano)	69,0% (execução de 33,0% do orçamento no ano)	86,0% (execução de 17,0% do orçamento no ano)	95,0% (execução de 9,0% do orçamento no ano)
Gestor das Metas	Unidade de Gerenciamento do Promojud					

Indicador 23: Índice de conformidade com as políticas de segurança de TIC						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação					
Macrodesafio	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados					
Descrição do indicador	Mede o nível de atendimento aos requisitos de segurança de tecnologia da informação e comunicação (TIC) presentes nos normativos correlatos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{Valor de atendimento da N1} + \text{Valor de atendimento da N2} + \dots + \text{Valor de atendimento da Nn}) / (\text{Somatório do valor máximo de cada norma}) * 100$ N = normativo de segurança da informação					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	48,5% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 90,0% de nível de conformidade com as políticas de segurança de TIC.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%

Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação
-------------------------	--

Indicador 24: iGov-TIC-JUD						
Objetivo Estratégico	Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital					
Macrodesafio	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados					
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no iGov-TIC-JUD que avalia o nível de maturidade e competência em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 370/2021)					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Resultado do TJCE no questionário iGov-TIC-JUD, divulgado anualmente pelo CNJ					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	92,01% (2023)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 90,0% no iGov-TIC-JUD.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	94,0%	90,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 25: Índice de aprimoramento de magistrados	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
Descrição do indicador	Mede o percentual de magistrados capacitados, em mínimo, 12h de formação em cursos certificados pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmece).

Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(nº de magistrados que tiveram no mínimo 12h de capacitações certificadas pela ESMEC / nº total de magistrados) x 100					
Responsável pelos dados	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
Linha de base	37,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 52,0% de magistrados capacitados no ano em cursos certificados pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec) com, no mínimo, 12h de formação.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	38,0%	43,0%	44,0%	50,0%	52,0%
Gestor das Metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

Indicador 26: Percentual de servidores capacitados	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.
Frequência de medição	Bimestral
Como medir	(número de servidores capacitados no período / total de servidores) x 100
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas
Linha de base	16,0% (2021)
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 40,0% de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Metas anuais	-	20,0%	25,0%	30,0%	35,0%	40,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 27: Índice de clima organizacional						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional para desenvolvimento dos trabalhos, em pesquisa institucional aplicada.					
Frequência de medição	Bianual					
Como medir	(número de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada / número total de servidores pesquisados) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	78,7% (2020)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 87,0% de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada, dentre servidores pesquisados.					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Metas anuais	-	81,0%	-	84,0%	-	87,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

6. Metas Nacionais 2026

Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2026 (Justiça Estadual)
Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos. Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.
Meta 2 – Julgar processos mais antigos. Identificar e julgar pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2023 no 2º grau, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2023 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 15 anos (2011) ou mais.
Meta 3 – Estimular a conciliação. Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2025. Cláusula de barreira: 8% de Índice de Conciliação.
Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. Identificar e julgar até 31/12/2026, 65% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2022, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão e identificar e julgar até 31/12/2026, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2022.
Meta 5 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, do 1º grau e Juizados Especiais, em relação a 2025. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 52%.
Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações ambientais Identificar e julgar até 31/12/2026: 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2025.
Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas Identificar e julgar até 31/12/2026: 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas, 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades

quilombolas, e 50% dos processos relacionados aos crimes de racismo, aos crimes de injúria racial e aos crimes de ódio, violência e discriminação, distribuídos até 31/12/2025.

Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Identificar e julgar, até 31/12/2026, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2024 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2024.

Meta 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário.

Desenvolver, no ano de 2026, dois projetos inovadores, um com foco na melhoria dos serviços judiciais (atividade finalística), e um com foco na melhoria organizacional (processos internos), relacionados a um dos Macrodesafios da Estratégia Nacional, a partir dos Laboratórios de Inovação de ao menos duas instituições públicas.

Meta 10 – Promover os direitos da criança e do adolescente.

Identificar e julgar, até 31/12/2026, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 99% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2024 nas respectivas instâncias.

META 1 – Ações Implementadas

- Sistemática de monitoramento e avaliação contínua do desempenho da meta;
- Disponibilização de Painel BI Estatístico para acompanhamento dos resultados pelas unidades judiciárias;
- Inclusão de indicador específico na Gratificação por Alcance de Metas (GAM) dos servidores relacionado ao cumprimento das metas nacionais;
- Campanhas de divulgação interna visando difundir a meta e dar conhecimento aos magistrados, servidores e colaboradores;
- Discussão ampla sobre a Meta nos eventos de encontros da área judiciária;
- Programa +GESTÃO;
- Atuação do Núcleo de Produtividade Remota (NPR).

META 2 – Ações Implementadas

- Sistemática de monitoramento e avaliação contínua do desempenho da meta;
- Disponibilização de Painel BI Estatístico para acompanhamento dos resultados pelas unidades judiciárias;
- Campanhas de divulgação interna visando difundir a meta e dar conhecimento aos magistrados, servidores e colaboradores;
- Discussão ampla sobre a Meta nos eventos de encontros da área judiciária;
- Programa +GESTÃO;
- Atuação do Núcleo de Produtividade Remota (NPR);
- Atuação da Coordenadoria de Integridade de Dados na correção dos dados de processos de Meta 2.

META 3 – Ações Implementadas

- Sistemática de monitoramento e avaliação contínua do desempenho da meta;
- Disponibilização de Painel BI Estatístico para acompanhamento dos resultados pelas unidades judiciárias;
- Campanhas de divulgação interna visando difundir a meta e dar conhecimento aos magistrados, servidores e colaboradores;
- Discussão ampla sobre a Meta nos eventos de encontros da área judiciária;
- Programa +GESTÃO;
- Formação de Conciliadores e Mediadores;
- Realização de Semanas Estaduais de Conciliação;
- Realização da Semana Nacional da Conciliação;
- Expansão das Oficinas de Parentalidade para o interior;
- Justiça Itinerante na capital e interior;

META 4 – Ações Implementadas

- Atuação do Núcleo de Produtividade Remota (NPR);
- Monitoramento e fiscalização contínua da Corregedoria Geral da Justiça;
- Programa +GESTÃO;

- Eventos de capacitação a magistrados e servidores em temas relacionados à improbidade administrativa.

META 5 – Ações Implementadas

- Atuação do Núcleo de Produtividade Remota (NPR);
- Plano Estratégico TJCE 2021-2026;
- Programa de Modernização do Judiciário Cearense (PROMOJUD);
- Gestão por indicadores;
- Programa +Gestão;
- Esforços concentrados de julgamentos e baixas processuais;
- Juízes Leigos;
- Realização de concursos para magistrados e servidores.

META 6 – Ações Implementadas

- Criação do Grupo do Meio Ambiente;
- Instalação da Vara Estadual do Meio Ambiente;
- Realização da Semana da Pauta Verde (2025 e 2026);
- Programa +Gestão;
- Realização de audiência pública sobre atuação da Vara Estadual do Meio Ambiente;
- Eventos de capacitação a magistrados e servidores em temas relacionados à direito ambiental, mudanças climáticas e sustentabilidade.
- Campanhas de conscientização e sensibilização sobre sustentabilidade socioambiental.

META 7 – Ações Implementadas

- Criação da Comissão de Políticas Judiciárias de Promoção da Igualdade Racial (CPJPIR);
- Adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial;

- Criação da Comissão de Heteroidentificação e da Comissão Recursal de Heteroidentificação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
- Instituição da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
 - Criação da Coordenadoria Estadual de Políticas Judiciárias de Equidade Racial do TJCE;
 - Criação de canal específico, na Ouvidoria, para atendimentos relacionados à defesa dos direitos humanos e ao combate ao racismo e à discriminação étnico-racial;
 - Realização da Semana da Consciência Negra e Mutirão Racial 2025;
 - Realização de concurso público para magistrados e servidores com reserva de vagas para pessoas negras e indígenas;
 - Regularização fundiária de territórios de povos e comunidades tradicionais no Ceará – Programa Solo Seguro;
 - Programa +Gestão;
 - Elaboração e aplicação do Protocolo de Atendimento às Pessoas Indígenas;
 - Eventos de capacitação a magistrados e servidores em temas relacionados à racismo, equidade racial, diversidade e políticas afirmativas etc;
 - Campanhas de conscientização e sensibilização à temática racial.

META 8 – Ações Implementadas

- Realização semestral da Semana da Justiça pela Paz em Casa;
- Atuação do Núcleo de Produtividade Remota (NPR);
- Instituição e expansão do Núcleo de Combate à Violência Doméstica (Nucevid);
- Priorização da Meta 8 e aos casos de feminicídio distribuídos até o final de 2023 na VIII Semana Estadual do Júri;
- Instituição da Ouvidoria da Mulher do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
- Instalação da Central de Atendimento Judicial da Mulher (CAJ Mulher);
- Projeto “Proteção na Medida 4.0: inteligência e avaliação de risco no combate à violência doméstica”;
- Projeto Estratégico “Fortalecimento do Enfrentamento à Violência Doméstica”;
- Programa Tempo de Justiça Mulher - programa interinstitucional criado para acompanhar e acelerar processos de feminicídio, com participação do TJCE, Governo do Estado, MPCE, DPCE, SSPDS, Polícia Civil, Pefoce e Secretaria das Mulheres;

- Acordo de Cooperação Técnica N° 02/2025 – firmado entre o TJCE, MP, DP e demais órgãos que compõem a rede de proteção e de assistência às mulheres em situação de violência doméstica no estado do Ceará, com o objetivo de utilização do Sistema Proteção na Medida e coleta de dados para avaliação de risco no contexto da violência doméstica contra a mulher;
- Programa +Gestão;
- Projeto Carnapaz - Iniciativa realizada durante o período carnavalesco para promover um carnaval seguro, sem assédio ou violência contra mulheres.
- Projeto Conviver sem Medo - sensibiliza síndicos, colaboradores e moradores sobre a violência doméstica dentro dos condomínios;
- Projeto Respeito é um Gol de Placa - promove o combate à violência e ao desrespeito contra mulheres nos ambientes do futebol cearense. A iniciativa atua em parceria com clubes e instituições esportiva;
- **Projeto Paz no Lar** - resgata a autoestima e possibilita a independência financeira de vítimas de violência doméstica;
- Instituição da **Política Permanente de Enfrentamento a Todas as Formas de Violência Contra a Mulher**, no âmbito das atribuições do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
- Eventos de capacitação a magistrados e servidores em temas relacionados à feminicídio e violência doméstica contra mulheres.

META 9 – Ações Implementadas

- Instituição da Comissão para Integração da Agenda 2030;
- Painel BI que correlaciona os processos judiciais aos respectivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU;
- Elaboração e envio ao CNJ do Plano de Ação da Meta 9 referentes aos anos de 2021 e 2022;
- Criação do Comitê Gestor da Inovação;
- Programa de Modernização do Judiciário Cearense (PROMOJUD);
- Projeto Estratégico Cultura da Inovação;
- Elaboração de documentos judiciais em linguagem simples e acessível;
- Signatário do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples;
- Automação de documentos e de decisões;
- Criação de Robôs de atendimento (Chatbots);
- Criação do Robô Lúcido. Inteligência artificial no apoio à implantação da Política Antimanicomial;
- Realização de Oficinas de Design Thinking;

- Reconhecimento nacional de boas práticas de inovação (Selo Linguagem Simples, Selo Judiciário Inovador, Prêmio de Inovação do CNJ etc);
- Projeto “Inovação Prateada: Prioridade Automática para Quem tem Pressa de Viver”, vencedor, em 2026, do 6º Prêmio Conexão Inova, na categoria Serviços Públicos;
- Outros projetos e ações desenvolvidas pelo LabLuz (Laboratório de Inovação do TJCE), disponíveis em <https://renovajud.cnj.jus.br/conteudo-publico?iniciativa=1931>

META 10 – Ações Implementadas

- Realização da Semana Nacional da Adoção;
- Mês da Infância Prometida – esforço concentrado realizando em maio de 2026 onde intensificou-se o julgamento de processos e a realização de atos processuais relacionados a crimes ou atos infracionais de violência contra crianças e adolescentes;
- Campanha “Maio Laranja” – ação dedicada à prevenção e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Programa +Gestão;
- Projeto “Fluxo de Prova Antecipada em Violência Sexual Infantil – Evitando Revitimização”
- Projeto “Além do Silêncio” – conscientização de estudantes sobre os diferentes tipos de violência (física, psicológica, sexual, negligência) e estimular a denúncia de abusos sofridos ou presenciados, transformando o ambiente escolar em um espaço de escuta ativa e acolhimento;
- Painel BI para Monitoramento de Processos da Infância e Juventude;
- Programa de Capacitação de Entrevistadores Forenses;
- Cartilha “Nudepinho e Nudepinha - torna mais acessível a compreensão sobre o método do Depoimento Especial para crianças e adolescentes que sofreram ou presenciaram alguma violência, como abuso e exploração sexual;
- Vídeo de animação com o propósito educativo sobre a escuta protegida de crianças e adolescentes;
- Plano de Comunicação e Sensibilização sobre o SNA;
- Acordo de Cooperação Técnica Interinstitucional nº 01/2022 - cooperação entre o TJCE, SPS/CE, FIEC e demais órgãos participantes para o desenvolvimento de ações que viabilizem a contratação de jovens como aprendizes, priorizando aqueles que vivem em situação de acolhimento;

- Acordo de Cooperação Técnica N° 06/2026 – firmado com o Ministério Público do Ceará (MP), Defensoria Pública do Ceará (DP), Associação Acalanto e Rede Adotiva com o objetivo de desenvolver estratégias e ações para implementação da Entrega Voluntária de crianças para adoção no estado do Ceará;
- Termo de Cooperação Técnica para potencializar a rede de proteção às crianças e adolescentes em risco no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM);
- Termo de Cooperação Técnica firmado com o MP, DP, Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Ceará (OAB-CE) e Polícia Civil, para que as vítimas em depoimento especial, nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sejam ouvidas uma única vez, evitando a revitimização;
- Instituição do Comitê Gestor da Primeira Infância;
- Instituição do Comitê Estadual de Supervisão, Suporte e Monitoramento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n

Cambeba - Fortaleza - Ceará - CEP: 60822-325 - Fone: (85) 3207-7000 - www.tjce.jus.br